

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 09 de setembro de 2013.

Edição nº 1261

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Avisos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos3

Boletins de Pessoal3

Súmulas de contratos.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

AVISO N.º 18/2013

Cientifico que, o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária – Município	Objeto	Fundamento Legal
1962.0900.13-0	2245	Prefeitura Municipal de Santa Maria do Herval – Conselho Tutelar	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2133.0900.13-0	2208	Centro de Apoio à Segurança Pública de Júlio de Castilhos	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2103.0900.13-4	2223	Corpo de Bombeiros Voluntários de Antônio Prado	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2322.0900.13-1	2249	Delegacia de Polícia de Ipê	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2015.0900.13-3	2204	1ª Delegacia de Polícia de Alegrete	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2015.0900.13-3	2205	Brigada Militar de Alegrete	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2015.0900.13-3	2206	Prefeitura Municipal de Alegrete – Conselho Tutelar	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1520.0900.13-5	2219	Centro de Referência Especializado Social de Jaguari	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1520.0900.13-5	2220	Abrigo Municipal de Jaguari – Casa Lar Irmãs Bibiana	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1708.0900.13-0	2203	Presídio Estadual de Encantado	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2014.0900.13-0	2246	Secretaria Municipal de Educação de Palmeira das Missões	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de setembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

**PORTARIA Nº 213/13-PF
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

O **PROCURADOR DE FUNDAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 66 e 67 do Código Civil, artigo 1.203 do Código de Processo Civil e artigo 19, inciso II, alínea 'a', da Lei n.º 7.669/82, c/c artigos 2º, § 1.º, e 26 do Provimento nº 72/2008 desta Procuradoria-Geral de Justiça, bem como pela Portaria nº 1504/2013 aditada pela Portaria nº 2050/2013, ambas da Procuradoria-Geral de Justiça, resolve **APROVAR** a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO ASTROGILDA E OSVALDO BENDER**, com sede na cidade de Três Passos, RS, de conformidade com o que consta do Expediente PR.00031.01002/2012-1.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de setembro de 2013.

ANTONIO CARLOS DE AVELAR BASTOS,

Procurador de Fundações.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 2641/2013

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais, decidiu **NEGAR PROVIMENTO** ao Pedido de Reconsideração, interposto nos autos da Sindicância, **SPU.PR.00001.00644/2012-7**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 06 de setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 433/2013

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 09 de setembro de 2013, a servidora LIGIA BARBIERI MANTOVANI, ID n.º 3594416, do cargo de Secretário de Diligências, classe "M", deste órgão, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 2579/2013).

- a pedido, a contar de 03 de setembro de 2013, o servidor IGOR VOLPATTO DA SILVA, ID n.º 3444694, do cargo de Secretário de Diligências, classe "M", deste Órgão (Port. 2629/2013).

DESIGNAR

- a contar de 28 de agosto de 2013, a servidora CARLA VIVIANE NUNES OLAVES, Assessora de Direção-Geral, ID n.º 2963078, para exercer, em substituição, na forma de Cargo em Comissão, a Função Gratificada de Coordenador de Unidade – FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos impedimentos legais e eventuais do titular Alfredo David Hecht (Port. 2628/2013).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de setembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA**

**PROCESSO N.º 2182-09.00/13-6
TOMADA DE PREÇOS N.º 04/13**

CONTRATADA: COENGE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA; **OBJETO**: construção do prédio sede das Promotorias

de Justiça de Dois Irmãos/RS, localizado na Rua Novo Hamburgo, lote 5, quadra 421, incluindo a prestação de serviços e o fornecimento de materiais; **VALOR TOTAL**: R\$ 628.381,01; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de setembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO CO.28161**

CONTRATADA: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS - CORAG; **OBJETO**: Aquisição de timbrados (envelopes e capas de processos), **VALOR TOTAL**: R\$ 43.658,81; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3934; **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 24, inciso VIII, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 06/09/2013, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de setembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO 28268**

CONTRATADA: PÖYRY SILVICONCONSULT ENGENHARIA LTDA; **OBJETO**: aquisição de 01 (uma) assinatura anual do Boletim Radar Pöyry Silviconsult; **VALOR TOTAL**: R\$ 4.960,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 03/09/2013, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de setembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º ADITIVO AO TERMO DE
CONCESSÃO REMUNERADA DE USO
PROCESSO N.º 4605-09.00/12-7**

CONCESSIONÁRIO: BANCO DO BRASIL S.A.; **OBJETO**: acréscimo da previsão de que, durante 06 (seis) meses, fica



incluso, na concessão remunerada de uso de espaço, o uso gratuito, pelo concessionário, de bens móveis pertencentes ao concedente, bem como das obrigações daí decorrentes; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de março de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

APOSTILA

PROCESSO N.º 9821-09.00/07-6

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, o contrato Prestação de Serviços Gerais – AJDG n.º 88/08, firmado com GUSSIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., que tem por objeto a prestação de serviços gerais e de limpeza, para fazer constar que, em atenção ao disposto na letra “b” da cláusula quarta do ajuste, o valor mensal do Montante ‘B’, reajustado, a contar de 08 de agosto de 2013, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 5,18%, passa a R\$ 49.399,24 (quarenta e nove mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos) mensais.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de setembro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 048/2013

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 00914.00082/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça José Roberto Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres com a finalidade de investigar ato de improbidade administrativa, em função do descumprimento, por parte do Prefeito Municipal de Arroio do Sal, de decisão judicial.

2) Inquérito Civil nº 00829.00054/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe de Camargo Alves da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público com a finalidade de investigar irregularidades no edital de processo seletivo da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em saúde –

FEPPS.

3) Inquérito Civil nº 00803.00005/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachineto, da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado, com o objetivo de investigar atos de improbidade administrativa.

4) Inquérito Civil nº 00776.00016/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de investigar regularidade na contratação e na prestação de serviços por empresa.

5) Inquérito Civil nº 00772.00022/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Estivallet Júnior da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno, com a finalidade de investigar irregularidade na contratação de Escola de Música pelo município de Nova Palma/RS.

6) Inquérito Civil nº 00803.00006/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Neidemar José Fachineto, da Promotoria de Justiça cível de Lajeado, com a finalidade de investigar irregularidades na contratação de pessoal, na execução de contrato com serviço de mineração e comunicação, distribuidora de combustível, serviço de transporte coletivo, contratação de banco, autorização para execução de obras, serviços de telefonia móvel sem contratação e serviços de pavimentação.

7) Inquérito Civil nº 00721.00012/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, com o objetivo de investigar ato de improbidade administrativa, favorecimento indevido e infração ao art.81, inciso XV, da Lei Estadual 7.366/80.

8) Inquérito Civil nº 00900.00028/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luis de Araújo da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de investigar eventual ilegalidade e vício em processo seletivo simplificado para contratações temporárias do município.

9) Inquérito Civil nº 00799.00009/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Brol Carvalho da Promotoria de Justiça de Jaguari, com a finalidade de investigar irregularidades na utilização de máquinas e caminhões do município para fins particulares.

10) Inquérito Civil nº 00824.00058/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin da 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, com a finalidade de investigar sobre a execução insatisfatória do contrato nº 102-/2012 da Prefeitura do Capão do Leão.

11) Inquérito Civil nº 00799.00008/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Brol Carvalho da Promotoria de Justiça de Jaguari com a finalidade de investigar dano ao patrimônio público, consistente em colocação de açúcar no óleo do cárter da retroescavadeira marca Case 580 I - placa ILJ-3474, pertencente ao município de Nova Esperança do Sul, causando a perda do motor.

12) Inquérito Civil nº 00806.00010/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar irregularidades na aplicação dos repasses de recursos pela Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul ao Município de Nova Alvorada.

13) Inquérito Civil nº 00914.00085/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de investigar atos de



improbidade administrativa no Executivo Municipal de Torres, com descumprimento do teor da súmula vinculante n.º 13 (nepotismo).

14) Inquérito Civil nº 00873.00016/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalet da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo com a finalidade de investigar suposta preterição de candidatos aprovados para concurso de fonoaudiólogo do município.

15) Inquérito Civil nº 00829.00031/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe de Camargo Alves da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de investigar irregularidades no Concurso Público para Professor Assistente de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

16) Inquérito Civil nº 00806.00009/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar irregularidades em procedimento licitatório realizado pelo Município de Nicolau Vergeiro.

17) Inquérito Civil nº 00748.00219/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar a utilização de bens públicos, em benefício de candidatos.

18) Inquérito Civil nº 00948.00011/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Evandro Lobato Kaltbach da Promotoria de Justiça de São Marcos, com a finalidade de investigar irregularidades em processo de desapropriação.

19) Inquérito Civil nº 00864.00038/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Trevisan, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar reclamação de usuário quanto ao estado das rodovias RSC 287 e ERS 149 e a manutenção de baixa qualidade pelas empresas responsáveis.

20) Inquérito Civil nº 00748.00213/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar a permissão de saída de presos sem escolta, que cumprem pena na Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, em regime fechado.

21) Inquérito Civil nº 00726.00009/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, com a finalidade de investigar obra pública inacabada e paralisada acerca de dois anos, referente à construção de unidade escolar de educação infantil, com recursos federais e municipais, neste município.

22) Inquérito Civil nº 00918.00033/2013, instaurado pela Promotora de Justiça substituta Alexandra Carniel Antonio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar irregularidades no provimento de cargos mediante contratação de professores em regime de desdobramento, em detrimento de concursados.

23) Inquérito Civil nº 00929.00027/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar irregularidades na prestação de serviços médicos.

24) Inquérito Civil nº 01211.00008/2013, instaurado pelo

Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez da Promotoria de Justiça de Osório, com a finalidade de investigar irregularidade na obra de construção da ciclovia do município e negligência de servidor público responsável por fiscalização do contrato.

25) Inquérito Civil nº 00918.00034/2013, instaurado pela Promotora de Justiça substituta Alexandra Carniel Antonio da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar irregularidades na contratação de serviço de ouvidoria pela Câmara Municipal de Vereadores do município.

26) Inquérito Civil nº 00922.00062/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana com a finalidade de investigar irregularidade no estabelecimento do bar da EEEM Embaixador João Baptista Luzardo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de setembro de 2013.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.